

## **Apoio do BNDES ao Plano de Desenvolvimento de Favelas**

*Walsey de Assis Magalhães e  
Claudio Cezar Carvalho de Almeida<sup>4</sup>*

O Plano de Desenvolvimento de Favelas do Rio de Janeiro converge com as orientações estratégicas do planejamento corporativo do BNDES, as quais enfatizam o desenvolvimento socioambiental, com geração de emprego, e apoio à formulação e implementação das políticas de governo, especialmente nas áreas de inclusão social, fortalecendo a gestão pública, a infraestrutura urbana, a saúde, a educação, a segurança e os empreendimentos de economia solidária.

O apoio financeiro do BNDES às iniciativas do plano de desenvolvimento de favelas pode se dar através de diferentes formas e por meio de financiamentos com recursos reembolsáveis e não reembolsáveis.

Às empresas o BNDES pode oferecer financiamentos a custos muito baixos para a realização de investimentos sociais (linha ISE – Investimentos Sociais de Empresas), destinados à implantação, expansão e consolidação de projetos e programas, que objetivem a elevação do grau de responsabilidade social empresarial e que sejam voltados para a articulação e o fortalecimento de políticas públicas desenvolvidas nos diferentes níveis federativos. A linha se divide em duas modalidades: apoio a investimentos no âmbito da comunidade e apoio a investimentos no âmbito da empresa. A primeira atende iniciativas que sejam preferencialmente articuladas com o poder público local e/ou que visem somar esforços com programas ou políticas públicas, voltados para ações no ambiente externo com influência local e microsocial (ações que tenham como público-alvo as populações localizadas em comunidades do entorno ou das áreas de influência geográfica das empresas) e/ou no ambiente macrosocial (ações que beneficiem segmentos da população nacional, não diretamente associados a iniciativas empresariais ou em suas áreas de influência).

Quanto aos empreendimentos de menor porte o BNDES quer oferecer condições adequadas de acesso ao crédito e fortalecimen-

<sup>4</sup> Assessores do BNDES.

to, via inovações financeiras e desenvolvimento institucional, do microcrédito e de incubadoras de cooperativas, tendo como instrumentos a difusão do Cartão BNDES (incluindo a ampliação do número de fornecedores locais) e o apoio a iniciativas coletivas exemplares, mediante seleção pública ou convênios com parceiros estratégicos, seja pela ampliação do capital das cooperativas, seja pelo apoio a projetos com recursos não reembolsáveis do Fundo Social.

O Cartão BNDES é voltado para as Micro e Pequenas Empresas e consiste em um crédito pré-aprovado para aquisição de produtos credenciados no seu portal de operações. Atualmente, estão autorizados a emitir o Cartão BNDES os Bancos do Brasil, Banrisul, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Itaú. Além de apresentar-se como uma alternativa viável e de baixo custo para acesso das pequenas empresas ao financiamento de longo prazo, o cartão BNDES surge como excelente vitrine para que pequenos produtores, distribuidores e prestadores de serviços (de avaliação de conformidade acreditadas pelo Inmetro) possam expandir suas possibilidades de vendas.

O Programa BNDES de Microcrédito, por sua vez, realiza empréstimos de pequeno valor a microempreendedores formais e informais, normalmente sem acesso ao sistema financeiro tradicional. O BNDES atua com o objetivo de promover a economia popular por meio da oferta de recursos para o crédito produtivo, orientado a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades de pequeno porte, visando incentivar a geração de trabalho e renda, inclusão social, complementação de políticas sociais e/ou promoção do desenvolvimento local. O financiamento é indireto, por intermédio de agentes operadores (instituições financeiras ou OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), que repassam os recursos ao microempreendedor.

O Procapcred - Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito complementa a ação do microcrédito ao objetivar o fortalecimento da estrutura patrimonial das cooperativas de crédito, por meio da concessão de financiamentos diretamente aos cooperados. O financiamento se dá por intermédio de instituições financeiras credenciadas e os clientes são os cooperados (pessoas físicas dedicadas a atividades produtivas de caráter autônomo, tais como empresários, prestadores de serviços autônomos e microempreendedores) e cooperados pessoas jurídicas (dedicadas a atividades de produção industrial, comércio ou serviços).

Há ainda a possibilidade de oferecer recursos não reembolsáveis através do Fundo Social, que é constituído com parte dos lucros anuais do BNDES e apoia projetos de carácter social nas áreas de geração de emprego e renda, serviços urbanos, saúde, educação e desportos, justiça, meio ambiente, desenvolvimento rural e outras vinculadas ao desenvolvimento regional e social. Na modalidade seleção pública são escolhidos projetos de acordo com edital previamente publicado. Para isso são estabelecidas parcerias com entidades que participam da organização do certame.

O Apoio a Projetos de Catadores de Materiais Recicláveis é um bom exemplo que, em consonância com o Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis, contribuiu para a complementação de políticas de desenvolvimento regional e social em convergência com ações federais prioritárias destinadas a população de baixa renda que atua nas atividades de catação de materiais recicláveis em aglomerados urbanos. Foi contratada em dezembro de 2010 a parceria do BNDES com a prefeitura do Rio de Janeiro para inclusão socioprodutiva de catadores de 110 materiais recicláveis. O objetivo da parceria é ampliar a coleta seletiva na cidade do Rio de Janeiro, com benefícios socioambientais para a população e ganhos para a limpeza e para o ordenamento urbano. Os recursos da parceria destinam-se à construção de galpões para o recebimento, triagem e beneficiamento de materiais recicláveis, operados por cooperativas de catadores.

Com o Banco do Brasil – Desenvolvimento Regional Sustentável (BB-DRS) a parceria estabelecida desde abril de 2008 é mais ampla, pois visa apoiar projetos produtivos, tecnológicos e de formação de mão de obra. O objetivo é assegurar condições para o desenvolvimento sustentável das regiões mais pobres do país, além de gerar trabalho e renda para populações menos assistidas, através do adensamento de cadeias produtivas locais, do acesso a novos mercados e da melhoria da qualidade de produtos. Para os projetos produtivos, podem ser financiados itens como melhoria de infraestrutura, beneficiamento, armazenagem ou comercialização, acesso a novos mercados, ganhos de escala, redução de custos, incorporação de novas tecnologias e aumento de vantagem competitiva. Já nos projetos de capacitação, os itens passíveis de apoio vão desde a inovação tecnológica até qualificação de mão de obra para setores associados a atividades produtivas, no campo operacional ou em gestão e governança. Com a Fundação Banco do Brasil – FBB outra

parceria objetiva estruturar empreendimentos produtivos coletivos em diversas cadeias produtivas; reaplicar tecnologias sociais com foco na geração de trabalho e renda, segurança alimentar e melhoria das condições de saneamento básico; e apoiar ações visando o desenvolvimento integrado com enfoque territorial.

No setor da indústria cultural busca a valorização econômica com base em estratégias de diferenciação, desenvolvimento local e preservação do patrimônio com alvo prioritário nas atividades minimizadoras de risco social, valorizando os mecanismos de certame e fomentando a formação de APLs (Arranjos Produtivos Locais) da indústria criativa. Além disso, procura apoiar a capacitação de mão-de-obra especializada, tendo em vista a geração e a formalização do emprego no setor cultural. Um dos exemplos dessa iniciativa é o convênio firmado com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) para operacionalizar o Programa BNB de Cultura, uma linha de patrocínio cultural direto do Banco do Nordeste, por seleção pública de projetos nas áreas de música, literatura, artes cênicas, artes visuais, audiovisual e artes integradas ou não específicas. O objetivo é apoiar a produção e difusão da Cultura do Nordeste, do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Com a administração pública é destaque o financiamento a Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos - PMI (conjuntos de projetos que integram o planejamento e as ações dos agentes municipais em diversos setores a fim de solucionar problemas estruturais dos centros urbanos), que é um modelo alternativo de tratamento dos problemas sociais que abrange soluções para os variados tipos de carências, articulando, no âmbito municipal, investimentos em diversos setores sociais, como, por exemplo, saneamento básico e transportes. Dentre as características especiais do PMI é evidenciado o desenvolvimento de processos de participação das comunidades: o gerenciamento; o acompanhamento e avaliação dos resultados e metas estabelecidas; e a manutenção e sustentabilidade das transformações promovidas.

Além dessa, há outras formas de apoio às ações da administração pública para implantação, expansão ou modernização da infraestrutura de serviços públicos, que inclua gastos com obras civis e instalações, compra de máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e outras despesas. Com o programa BNDES Qualificação é realizado o financiamento a projetos de implantação, expansão e modernização de instituições públicas que atuem com formação

profissional inicial e continuada, educação profissional técnica de nível médio e educação tecnológica. Com o Caminho da Escola há o apoio à renovação e ampliação da frota de veículos de transporte escolar de alunos da educação básica da rede pública, prioritariamente da zona rural. Com o PROUCA (Programa Um Computador por Aluno) apoia a inclusão digital nas escolas das redes públicas de ensino estadual, distrital ou municipal, mediante a aquisição de computadores portáteis novos. Com o BNDES PMAT incentiva a modernização da administração tributária e melhoria da qualidade do gasto público na administração municipal e com o PMAE há o financiamento para o fortalecimento da capacidade gerencial, normativa, operacional e tecnológica das administrações tributárias dos Estados.

Com o Ministério da Cultura foi possível apoiar o Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart), realizado pela Associação Cultural dos Amigos do Museu do Folclore Edison Carneiro (Acamufec), com o objetivo de fortalecer o artesanato de tradição cultural no apoio a 65 pólos de artes localizados em diferentes regiões do país. As ações distribuem-se nas esferas da produção, comercialização e divulgação dos produtos, com iniciativas de formação de mercados qualificados, promovendo a dinamização cultural e econômica desse segmento.

Outra modalidade de parceria com entidades do poder público que têm demonstrado potencial vem sendo realizada com os governos estaduais. Refere-se ao aporte de recursos não reembolsáveis em empreendimentos produtivos de baixa renda, concretizado por meio de contratos que complementam o aporte de recursos dos Estados para geração de trabalho e renda, além de desenvolver e adensar atividades produtivas e inovativas. O BNDES apoia até 50% dos valores financiáveis do projeto e recomenda que o beneficiário final apresente contrapartida de, pelo menos, 10% do valor total aportado pelo BNDES e pelo Estado. Os APLs apoiados são escolhidos por meio de seleção pública realizada pelo Estado e um Comitê, formado por representantes do governo do Estado e por parceiros considerados relevantes no processo, é responsável pela definição, implementação e avaliação da ação; uma Comissão Técnica é responsável pelo recebimento, seleção e avaliação dos projetos apresentados.

Há exemplos interessantes do uso desse instrumento para, além de promover a geração de emprego e renda, estimular iniciativas com utilização de forma sustentável dos recursos naturais e

minimização de impactos ambientais (como a prevenção de acidentes via contenção de encostas e construção de barragens, reflorestamento etc.), fomentar a criação de novos empreendimentos, cooperativas, associações em APLs, para atuação articulada com serviços públicos essenciais (como o fornecimento para escolas, hospitais, repartições públicas, infraestrutura, habitação popular, entre outras) e vinculação a programas do governo federal (como o Plano Brasil sem Miséria e a inclusão de egressos do Bolsa Família, a participação no PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, Minha Casa Minha Vida, Luz para Todos, Água para Todos, etc.). Exemplos de atividades passíveis de gerar empreendimentos: bens e serviços de alimentação, confecções (uniformes, cama, mesa e banho), calçados, construção e reparo de equipamentos, mobiliário, instalações elétricas, obras civis, limpeza, manutenção, etc.